



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639057 - MA (2021/0004379-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ABDORAL VIEIRA MARTINS JUNIOR
ADVOGADO : ABDORAL VIEIRA MARTINS JÚNIOR - MA007907
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : MARK WANDERSON COSTA RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARK WANDERSON COSTA RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (REVISÃO CRIMINAL - 0801294-40.2019.8.10.0000).

O paciente foi condenado a uma pena de 11 anos e 3 meses de reclusão pelo crime descrito no art. 121, *caput* do Código Penal, sendo-lhe fixado o regime inicial fechado. Insurge-se, neste *mandamus*, contra o acórdão de fls. 313-330, que julgou improcedente a ação revisional.

Sustenta o impetrante que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão de erro judiciário na decisão condenatória, pois foi proferida sem fundamentação idônea (fl. 20), não contendo, também, "motivação legítima e idônea na parte em que julgou as circunstâncias do crime como desfavoráveis", aumentando a pena-base (fl. 21).

Alega que o paciente também sofre constrangimento ilegal por não ter sido reconhecida a atenuante da confissão.

Requer, liminarmente, que "seja concedida liminar para determinar que o Paciente passe a cumprir, imediatamente, a pena de reclusão em regime semiaberto" e, no mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem "para determinar o redimensionamento da pena do Paciente" (fl. 65).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, ainda mais por se tratar de decisão proferida em 2017, que não reclama análise com extrema urgência.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente